



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO
E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE PEDAGOGIA-PARFOR/CAPES/UEPB**

IVANEIDE FRANCISCA DE MORAIS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA:
UM CAMINHO PARA UMA ESCOLA MELHOR**

Campina Grande,
2014

IVANEIDE FRANCISCA DE MORAIS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA:
UM CAMINHO PARA UMA ESCOLA MELHOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Maria José Guerra.

Campina Grande,
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M827g Moraes, Ivaneide Francisca de
Gestão democrática [manuscrito] : um caminho para uma
escola melhor / Ivaneide Francisca de Moraes. - 2014.
40 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de
Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof^ª. Dr^ª Maria José Guerra, Secretaria de
Educação à Distância".

1. Gestão Democrática. 2. Participação. 3. Gestão Escolar. 4.
I. Título.

21. ed. CDD 371.201 2

IVANEIDE FRANCISCA DE MORAIS


**GESTÃO DEMOCRÁTICA:
UM CAMINHO PARA UMA ESCOLA MELHOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Data da avaliação: 09 de agosto de 2014.

Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA


Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria José Guerra
(UEPB)


Professor(a) Examinador(a):
(UEPB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que se doam e realizam suas atividades com amor e compromisso, visando uma sociedade melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela sabedoria e por não permitir que eu desistisse. Agradeço por tudo ao Senhor Jesus, principalmente, pela realização deste trabalho que foi de grande importância para o meu crescimento profissional e pessoal, sem a Tua presença não teria conseguido vencer todas as dificuldades surgidas no percurso.

Aos meus familiares no Rio grande do Norte.

Ao meu cunhado José Erickson Ribeiro pela força e o incentivo, que está morando com Deus, e gostaria de partilhar esta conquista.

A minha diretora Ubenice Silveira pelas palavras de incentivo e apoio na escola. A minha amiga Leila professora que ficou com minha turma para assistir aula em Campina.

A minha orientadora Maria José Guerra, que acreditou no meu potencial, porque tenho certeza sem a contribuição dela, não teria chegado até aqui, agradeço pelo apoio, incentivo e aprendizado que enriqueceu ainda mais meus conhecimentos;

A secretária da Educação de Picuí Amarides Dias e ao Prefeito Rubens Germano que aderiu a nossa formação ajudando nas despesas no decorrer do curso. Obrigado muito especial às minhas amigas de trabalho Adriane e Josilene que não deixaram-me desanimar, e juntas realizamos mais uma etapa deste sonho que se concretiza.

À minha turma de graduação, pela diversão, pelo aprendizado, pela convivência que tanto auxiliou no meu amadurecimento. Amigas que durante estes anos de faculdade foram minha segunda família, dividindo sonhos, sorrisos, lanches e lágrimas.

Um agradecimento muito especial aos motoristas, em especial, Nino e Amsterdam que transportavam todos com segurança à universidade.

Enfim, a todos os meus professores, que, contribuíram de uma forma muito especial para o meu aprendizado, muito obrigada a todos pelos conhecimentos adquiridos.

“A democracia enquanto valor universal e prático de colaboração recíproca entre grupos e pessoas é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo na plenitude de sua personalidade.

Victor Henrique Paro

RESUMO

Este trabalho discute a temática sobre Gestão Democrática: Um caminho para uma escola melhor. Aborda a análise da gestão democrática na escola pública como uma possibilidade de promover uma escola melhor. Busca como objetivo geral apresentar a gestão democrática na escola pública como condição de dinamizar as ações administrativo-pedagógicas no contexto da unidade escolar, ao mesmo tempo, aponta os caminhos que deverão agir os sujeitos agentes do processo. Para tanto, utilizou-se de um estudo bibliográfico fundamentado nas pesquisas de estudiosos no campo da gestão democrática como, Bordignon (2000), Libâneo (2003), Navarro (2004), Vinícius et al (2006), Silva (1997), Veiga (2000), no intuito de chegar a um conhecimento mais aprofundado, o qual se propõe buscar dados consistentes a cerca da gestão democrática na escola pública.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Participação, Partilhamento de Poder.

ABSTRACT

This work has the theme Democratic Management: A path to a better school. The study addresses the analysis of democratic management in the public school as a chance to promote a better school. He has the overall objective to present Democratic Administration in the public school as a path to a better school, and pointing the paths should act subjects to achieve this aim. For this, we used a literature study on the subject, intending to reach a deeper understanding, which intends to seek consistent data about the democratic management in the public school.

Keywords: Democratic Management. Participation. Sharing of power.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2- DESCRREVENDO OS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	13
2.1 A gestão escolar	13
2.2 DA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
2.3 A ESCOLA E O ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL	25
2.4 A Extensão Do Ensino Fundamental.....	28
3 FUNDAMENTANDO A TEORIA	34
3.1 Gestão Democrática: um caminho para uma escola melhor.....	34
4 METODOLOGIA	41
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia – PARFOR trata-se de uma prerrogativa compreendida em um estudo mais aprofundado estabelecido através do conhecimento teórico/prático, contribuindo para o aperfeiçoamento profissional e pessoal dos educandos. Desta forma, será relatado todo processo realizado durante as experiências vivenciadas nos Estágios Supervisionados I, II, III, assim distribuídos: Gestão Escolar, Ensino Infantil e Ensino Fundamental, bem como a elaboração de um artigo referente à educação que apresente contribuições para redimir os problemas existentes nas instituições de ensino público.

Os estágios têm objetivos proporcionar o exercício da observação e reflexão acerca do funcionamento, organização e gestão do trabalho na escola pública, em seu contexto histórico, econômico e sociocultural na qual está inserida, e as ações dos sujeitos, em seus avanços e limitações.

A partir do tema gestão democrática- Estágio Supervisionado I, refletimos a cerca de participação e integração de uma escola melhor, que busca a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Valorizando a importância do trabalho coletivo no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária que atenda aos anseios da comunidade escolar e equivalentes. Partindo de um planejamento coletivo das ações e partilhamento das atividades e responsabilidades, compreender a necessidade da organização das atividades conforme os objetivos pretendidos e desenvolver estratégias que viabilizem a realização e a perspectiva de conquistas. Para tanto, elaborar um projeto colaborativo com embasamento teórico na área, a partir de um problema na instituição, mediante discussão com os profissionais, e apresentar atividades aos alunos e comunidade escolar que possam contribuir para minimizar com a indisciplina escolar em questão, foi um requisito destacado.

Observar e analisar a atuação do profissional da educação infantil - Estágio Supervisionado II, em seu fazer pedagógico, refletindo sobre as práticas, avaliando em torno de como os professores estão exercendo suas funções e poder desenvolver uma metodologia que atenda às peculiaridades deste público que necessita de uma atenção especial em toda sua extensão, oportunizou grandiosas experiências.

O Ensino Fundamental- Estágio Supervisionado II possibilitou aos educandos vivenciar e relacionar a teoria apreendida durante o curso à prática do cotidiano, além de perceber como a educação básica nos anos iniciais, é regida no Brasil. Isto é, como sua extensão se dá nesta modalidade de ensino.

Neste trabalho, também constará do desenvolvimento de um artigo, que buscará apresentar a importância da gestão democrática como um caminho para escola pública melhor, aponta os caminhos e discute de que forma atinge os sujeitos envolvidos neste processo de mudança. Tendo como embasamento teórico, as idéias de diferentes autores da área como Navarro (2004), Veiga (2000), Silva (1997), entre outros.

Estes autores ressaltam que através da realização de um trabalho coletivo, organizado, participativo, com autonomia, integração e partilhamento de poder em que haja o envolvimento de todos os segmentos sociais que compõem a escola, é possível romper com a hierarquia que ainda permeia o interior das escolas, bem como, possibilitar uma reflexão a cerca do papel do gestor como mediador deste processo de mudança, visando à construção de uma sociedade mais justa que atenda aos anseios dos que fazem a comunidade escolar.

A metodologia se dá através de um estudo bibliográfico em que ressalva as idéias de autores na área, para um entendimento melhor sobre o assunto.

A discussão dos dados apresentando a importância do trabalho planejado através do Projeto Político Pedagógico, a participação como passo fundamental neste processo e a descentralização do poder com a divisão das responsabilidades.

Nas considerações a conclusão sobre o resultado da pesquisa sobre gestão democrática e sua significância para a sociedade em que se insere a comunidade escolar.

Desta forma, este trabalho realizado com dedicação e empenho busca apresentar a gestão democrática como um caminho possível para uma sociedade suprimida por problemas que perduram até os dias atuais, por meio do envolvimento de todos aqueles desejosos para exercer seus direitos de cidadão, fazendo parte do ato democrático.

2- DESCREVENDO OS RELATÓRIOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

2.1 A gestão escolar

A Legislação Educacional e as Mudanças na Organização e na Gestão da Escola

Desde o início da década de 90 as reformas na educação já vinham implementando mudanças na organização e na gestão escolar, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1996, isto passa a ser uma realidade. No que se refere à gestão e à organização da educação básica, a LDB 9394/96 introduz importantes mudanças na escola. Na realidade, a referida lei torna uma obrigação para todo o sistema o que se já vinha ocorrendo de forma esparsa por alguns estados do país.

A autonomia dos estabelecimentos de ensino foi ampliada não só em relação à gestão como também às formas de organização escolar. Para melhor compreensão a cerca destas mudanças é importante ressaltar a distinção entre o conceito de “organização do trabalho escolar e o de organização escolar”.

A organização do trabalho escolar é um conceito econômico, refere-se à divisão do trabalho na escola. Podemos considerar à forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos estão divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características à forma como o trabalho é organizado.

Já o termo “organização escolar” refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino está estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados.

Apesar de tratar-se de trabalho docente em estabelecimentos públicos, não se pode deixar de considerar que a escola, tal como existe hoje, está marcada por uma forma específica de organização na sociedade. Além disso, as mudanças na organização escolar tendem alterar a divisão do trabalho na escola, na extinção de algumas rotinas e na doação de outras, na substituição de certas hierarquias, na demanda por novos procedimentos profissionais. As reformas atuais contemplam na legislação educacional em vigor, sobretudo na LDB n.9394/96, apresenta um reforço ao trabalho coletivo e a necessidade de participação e envolvimento da comunidade na gestão escola.

A referida Lei, no seu Art.12, incumbe os estabelecimentos de ensino, por exemplo, de elaborar e executar a sua proposta pedagógica e ainda articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Para isso, a mesma Lei, no seu artigo seguinte, incumbe os docentes de participarem da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. Com a relação à gestão democrática, prevê no seu artigo 14, que o sistema de ensino definirá as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas particularidades e conforme os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No seu artigo 23, irá atribuir maior autonomia das escolas para avaliar e classificar os alunos mediante a verificação de rendimento escolar, bem como outras disposições no mesmo sentido.

Congruente à tendência descentralizadora apresentada pela legislação educacional da década anterior, o Plano Nacional de Educação, aprovado como lei, em janeiro de 2001, sob o n. 10.172, irá estabelecer como um de seus objetivos e prioridades a

Democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001, p.34)

Tais mudanças trazidas pela legislação educacional mais recente irão repercutir no trabalho escolar, sobretudo no papel do diretor.

Gestão Democrática da escola pública de educação básica

Após a Constituição Federal de 1988, temos assistido a mudanças nas formas de escolha do diretor de escola em decorrência do seu artigo 206, inciso VI que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público, o que estará presente também nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

Por tais razões, não há como negar que o perfil do diretor escolar mudou bastante nos últimos anos, tais mudanças são identificadas como resultados de alterações significativas na rotina administrativa das escolas, a partir das medidas

descentralizadoras na gestão educacional por parte do estado e da União, assim, sobrecarregando o diretor.

São vários autores que já falaram em gestão democrática da escola pública. Embora, sendo um tema bem atual, significativo e discutido há um bom tempo, ainda há uma boa caminhada para nos enquadrar a uma verdadeira gestão democrática onde, por exemplo, decidir pela maioria da comunidade escolar a eleição de gestores, entre outras.

Nesse sentido afirma Paulo Freire afirma:

“É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade” (FREIRE, P. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 6 ed. São Paulo: Olho D'Água, 1995.).

Diante da fala do autor, podemos entender que, para que haja democracia no espaço escolar, é preciso haver participação de todos nas tomadas das decisões, onde se respeite as diversas opiniões dando o direito de quem diverge expressar-se.

No estágio tivemos a oportunidade de buscar vários autores para contribuir e auxiliar no conhecimento e entendemos que são fundamentais para qualquer comunidade escolar que deseje vivenciar uma gestão democrática da escola pública. Phontes, ao referir à gestão democrática afirma:

“(...) de nada adianta até mesmo uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público que conceda autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se Diretores, professores, pais, alunos e demais atores do processo desconhecem o significado político de autonomia, a qual não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva” (2007 s.d.).

Phontes afirma, procede e traduz a realidade da escola estagiada, no que se refere ao Projeto Político Pedagógico, para os professores que atuavam no decorrente ano era algo desconhecido. Quando o mesmo foi apresentado ao grupo estagiário estava sendo reformulado por um pequeno grupo que já fazia parte da escola.

Desta forma, leva-nos a entender que a escola não era formada por um conjunto de professores que ensinam de alunos que aprendem e de uma equipe que

organiza e orientam professores e alunos, e também demais funcionários que apóiam as atividades, todos influenciados pelos valores de uma sociedade que se almeja.

A constituição de 1988 e outros documentos nacionais também passaram a contemplar a gestão democrática da escola pública. Citemos, por exemplo, o Plano Decenal de Educação para Todos (Indicador de Diretrizes da política educacional para o decênio de 1993-2003), que menciona a necessidade da gestão democrática da escola pública e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, que referenda a Carta Magna a seguinte determinação:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes (...).

Os órgãos colegiados e os documentos de uma unidade escolar pública de educação básica num contexto de gestão democrática.

Os órgãos colegiados são grupos representativos da comunidade escolar, mediante os quais, preferencialmente, a gestão democrática se realiza. Sendo canais pelos quais se efetiva a participação da comunidade escolar nos destinos da escola pública. São exemplos de órgãos colegiados: a associação de pais, mestres e funcionários (APMF), o grêmio estudantil, o conselho de classe, o conselho de alunos representantes de sala e o conselho escolar e outros. Segundo Luce “eles devem ter funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, de modo que possam dirigir e avaliar todo o processo de gestão escolar”.

Dentre os órgãos colegiados, o Conselho Escolar é sem dúvida o mais importante. É um órgão que congrega, além da Direção, participantes dos demais colegiados e representantes da comunidade escolar.

O professor Genuíno Bordignon propõe que:

(...) o conselho escolar deve existir para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito. Os conselhos – é bom insistir – não falam pelos dirigentes (governo), mas aos dirigentes em nome da sociedade” (2004, p.34).

Destacamos dois documentos da unidade escolar onde estagiamos: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar.

Fazendo referencia ao PPP deve ser estendido como um dos principais instrumentos para organização do trabalho e das atividades da escola. Já o regimento escolar é o documento que, aparado nas Constituições Federal e Estadual e nos pareceres normativos do Conselho Estadual de Educação, sintetiza o Projeto Político Pedagógico e lhe confere o embasamento legal, devendo, pois ser entendido como a “constituição”, a “lei” da escola. Nesse sentido,

(...) o Regimento Escolar, (...), deve assegurar a gestão democrática da escola, possibilitar a qualidade do ensino, fortalecer a autonomia pedagógica, valorizar a comunidade escolar, através dos colegiados e efetivamente, fazer cumprir as ações educativa estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico da escola” (ARCO-VERDE, 2007, p. 08).

Sendo assim, tanto o Projeto Político Pedagógico quanto o Regimento escolar devem obrigatoriamente ser construídos coletivamente por todos os segmentos da comunidade escolar, em especial do Conselho Escolar. Expressando, de forma simples, clara, precisa e completa, o tipo de escola que a comunidade deseja.

Relatos de Experiência da Gestão Escolar

O Estágio Supervisionado em Gestão Educacional I é uma exigência do curso de Pedagogia que possibilita aos estagiários a oportunidade de vivenciar o cotidiano em uma escola onde poderão conhecer todas as atividades desenvolvidas pelos funcionários e de que forma atingem os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Desta forma, conclui-se, através das observações e investigações, que a gestão de uma escola não é tarefa fácil, pois atualmente as responsabilidades delegadas ao gestor são inúmeras, não restando, muitas vezes, tempo para executar atividades voltadas para as pessoas como seres necessitados de afetividade. Mesmo que se almeje uma gestão democrática, o sistema não permite, devido à responsabilização atribuída ao gestor no que se refere à prestação de contas sobre tudo o que acontece dentro da escola.

O estágio supervisionado foi de extrema relevância para a prática das estagiárias, tendo em vista que puderam conhecer o cotidiano da escola campo de estágio e construiu mediante uma necessidade da mesma, a indisciplina, um projeto

colaborativo na tentativa de minimizar esta dificuldade. Tal experiência permitiu ao grupo e aos contemplados pelo projeto valiosas recompensas que contribuirão para a construção do conhecimento e favorecerá o fortalecimento das relações de boa convivência na escola que é espaço de socialização e formação de seres pensantes.

Neste contexto, conclui-se que o estágio foi significativo para todas as estagiárias, que apesar das dificuldades que surgiram não desistiram, doando-se com esforço e determinação, visando um resultado satisfatório que correspondesse à teoria adquirida no decorrer das aulas ministradas neste componente curricular.

REFERÊNCIAS

V BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da escola pública**:Brasília: MEC/ SEB, 2004.p. 59. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar**. 6ed. São Paulo: Olho D'água, 1995.

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar**. Secretaria de Estado da Educação - SEED/PR, Curitiba, 2007, p. 08.

PHONTES, Leonora. In: **Gestão Democrática e o Projeto Político Pedagógico na Escola**. Disponível em http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_benedito_borges.pdf. Acessado em 20/06/2014, às 20h25minh.

BRASIL, Ministério da Educação. **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)**. Plano Nacional de Educação. Brasília. 2001.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.90394/96 de 20 dez.1996.

2.2 DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Criança nas Políticas Públicas

A Educação infantil desde a constituição de 1988 é direito da criança dever do estado e opção da família, e a partir da LDB de 1996, a primeira etapa da educação básica. O reconhecimento deste direito afirmada na constituição 1988, no estatuto da criança e do adolescente e na LDB de 1996 está explícito nas diretrizes curriculares para a educação infantil e no plano nacional de educação. Unindo-se às discussões em torno da atuação do ministério da educação nos anos de 1990 são resultados de lutas por mudanças nesta área.

Tendo em vista que nos anos de 1970, as políticas voltadas para educação infantil, compreendidas de 0 a 6 anos, era a educação compensatória, que visava suprir as carências culturais, deficiências lingüísticas e afetivas de crianças advinda das classe menos favorecidas.

Com os enfoques de teóricos de diversas áreas do saber, e acontecimentos nas políticas públicas estaduais e municipais nos anos de 1980, na busca por alternativas para os problemas na área, comprovando que a criança foi importada esta situação injusta de incapacidade, começou-se a perceber criança, e suas especificidades respeitadas. Neste contexto, a LDBEN sob a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece para a criança da educação infantil em seus termos legais:

Art.29: A educação infantil, primeira etapa educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos e sociais, contemplando a ação da família e da comunidade.

No Art.30: Seu oferecido acesso á creches, ou entidades equivalentes, para as crianças até três anos de idade, são pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

No Art.31: Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

A Criança em sua concepção de desenvolvimento e aprendizagem

A escola da educação infantil tem seus objetivos fixados na constituição federal e estadual, na lei nº 9394/96, e no estatuto da criança e do adolescente. São objetivos gerais da escola a formação da criança, visando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto realização e preparo para o exercício da cidadania.

A prática da educação infantil deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades, que a mesma possa construir sua própria personalidade em sua formação pessoal que contribuirá para sua vida adulta. Assim, desenvolver a imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, confiante em suas capacidades e percepção de suas limitações, descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem estar.

Deve estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vistas com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.

Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças; conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas, valorizando a diversidade. Saber situa-se no universo letrado, demonstrando interesse e empenho na construção do conhecimento, e utilizar as diferentes linguagens (verbal, gráfica, plástica, corporal, matemática) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender a ser compreendido, expressar suas ideias sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.

Deste modo, estes objetivos são utilizados nas atividades planejadas pelos educadores, conforme as áreas de conhecimento que compreendem o currículo da educação infantil, a partir do referencial curricular e nacional da educação infantil (RCNEIs).

De acordo com estes parâmetros, a escola estagiada, na turma de pré-escola, segue uma rotina que contempla todas as áreas de conhecimento. Considerando a criança como um ser social, respeitando suas especificidades, em sua concepção, desenvolvimento infantil e aprendizagem. Assim, a escola alarga o universo inicial das crianças, em vistas da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades diferentes.

Percebendo que a criança aprende desde seu nascimento orientado inicialmente pelos pais e familiares, ela nasce e cresce em contato com várias pessoas o que vem possibilitar seu acesso ao mundo. Esta criança a partir do berçário vai crescendo em contato com outras crianças e funcionários da escola, desenvolvendo uma relação afetiva envolvendo inúmeros sentimentos, vai construindo sua própria identidade, de forma gradativa, se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela mesma, nas quais ela, alternadamente, irrita e se funde com o outro, para diferenciar-se depois.

A autonomia e a identidade da criança vão se formando, conforme as entoações sócias culturais e experiências vividas, na medida em que as mesmas tomam decisões por si próprio, considerando as regras, os valores, a perspectiva pessoal, assim como a percepção do outro.

Nesta perspectiva, a escola trabalha em direção á autonomia, acreditando no potencial das mesmas na construção do seu conhecimento, utilizando-se de recursos como irritação, brincadeiras de faz de conta, linguagem oral, escrita e corporal, e através do conhecimento que a escola tem sobre a criança em seu desenvolvimento e forma de aprender, cria uma proposta pedagógica, a partir dos recursos oferecidos por elas, para tornar a aprendizagem mais prazerosa.

As crianças, de acordo com os RCNEIs, possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. É no processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam as mais diferentes linguagens é exercem a capacidade que possuem de terem idéias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar.

O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação. Por isso, na rotina escolar da educação infantil deve haver todo um planejamento em que possa explorar as capacidades expressivas corporais, cognitivas e afetivas das crianças.

Sobre A Escola Estagiada

A escola estagiada pertence à rede municipal de ensino e é mantida pela Secretaria de educação, cultura e desporto, bem como pelo conselho escolar e a prefeitura municipal. Com a denominação de creche municipal Marta Maria de Medeiros Casado, instituição de educação infantil.

A mesma sofreu alteração na sua denominação de creche para centro de educação infantil de acordo com a lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394 promulgada em dezembro de 1996, no título III, da direito á educação e dever de estudar, Art.4º, IV, se afirma que: “ O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado me diante a garantia ao atendimento gratuito em creches e pré-escola ás crianças de cinco anos de idade.”

Tanto as creches para crianças de zero a três anos como pré-escolas, para as de quatro a cinco anos, são consideradas como instituições de educação infantil. Neste sentido, o centro de educação infantil oferece atendimento á crianças de dois anos e seis meses a cinco anos de idade, como creche e pré-escola a uma clientela das zonas urbanas e rural do município, buscando o desenvolvimento integral das mesmas em seus aspectos psicomotor, físico, intelectual, emocional, sócio afetivo e cultural.

Conforme ressalta como dever a referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEL). E visando no tempo por visto com os todos os envolvido, no processo educativo. Todas as ações da escola são comungadas entre os segmentos sociais, eventos a serem promovidas, reuniões com as famílias para discussão sobre desempenho dos alunos, entre outras.

A respeito de planejamento condizente com a proposta do PPP, a escola campo de estágio segue uma rotina planejada, para que todos possam usufruir o que a instituição disponibiliza como brinquedoteca, parquinho, pátio, horários de refeição e atividades xerografadas. Na instituição há projeto político pedagógico elaborado com a participação dos segmentos sociais constituintes da comunidade escolar, Vasconcelos afirma:

É plano global da instituição. Pode ser entendido como sistematização, nunca definitiva, de um processo de um Planejamento Participativo, que se perfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico- metodológico para intervenção e mudança da

realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Neste sentido, o projeto político pedagógico deve fazer parte do regimento escolar da instituição, porque ele é um norteador das ações que devem ser utilizadas através da participação visando melhorar a qualidade da escola, na perspectiva de formar os sujeitos que se pretende, e o tipo de sociedade almejada.

E isto só será possível com a colaboração de todos, a partir de uma gestão democrática; fazendo uso de sua autonomia disposta no art.14, nos princípios I e II, sobre a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico Político-Pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares e equivalentes.

Quanto às atividades promovidas na rotina escolar, pode-se perceber que contempla ações integradas visando à aprendizagem, respeitando-se as diversidades. Desta forma, são realizadas atividades de leitura diárias, e um projeto de Leitura com as famílias, em que os alunos levam livros para casa, lêem com os familiares, amigos, e recontam para os colegas. Pois, através da leitura os alunos podem viajar no maravilhoso mundo do imaginário, experimentar diversos sentimentos.

Quanto à prática da leitura Barbosa (1994, p.136) Afirma:

O adulto mediador da leitura é mediador da leitura é intérprete de um mundo repleto de aventuras que permitem à criança alargar fronteiras do seu próprio mundo. Com o apoio do adulto, ela descobre que a leitura lhe permite viver experiências poucos comuns no seu cotidiano; a trama do texto permite-lhe experimentar sentimentos de alegria, tristeza, medo, angústia, encantamento.

A fala do autor pode ser comprovada diariamente, mediante as manifestações de sentimentos das crianças, proporcionadas pela leitura. Os alunos participam com entusiasmo destes momentos de leitura mútua dos professores. É perceptível o interesse dos mesmos não só nos momentos de leitura de textos, como nas dramatizações, onde eles podem manifestar sua realidade e seus sentimentos.

De acordo com proposta da rotina, são trabalhadas as brincadeiras de faz de conta, dirigidas e livres. Assim, através do brincar a criança também está aprendendo, pois, as brincadeiras não significam só lazer. Brincando as crianças criam um mundo, em que podem experimentar acontecimentos de sua realidade. Podem dá sentidos às brincadeiras e objetivos, significando e ressignificando conforme os estágios da

brincadeira, que não ocorre de uma hora para outra. Através das mesmas, as crianças podem formar seu pensamento conceitual.

Conforme VYGOTSKY (1994), a brincadeira tem um papel fundamental no desenvolvimento do próprio pensamento da criança. Desta maneira, é certo que através do brincar as crianças manifestam diversas situações e comportamentos, e a partir daí, elas constroem seu próprio pensamento.

Na sala estagiada, bem como nas demais, são utilizados materiais pedagógicos como recurso facilitador do processo ensino-aprendizagem. Pois, através dos objetos concretos, além de atrair mais a atenção dos alunos, possibilita que haja uma maior assimilação ao que está sendo estudado.

Partindo do concreto, onde há a percepção, sua formulada as respostas, confrontando as experiências com o estudado, o aluno apreende de forma mais significativa. De acordo com um dos princípios de PESTALOZZI, apud Frederick Eby, (2012, p.185), “a educação começa com a percepção de objetos concretos, desempenho de ações concretas e experiências de respostas emocionais reais (...)”.

Isto é, a partir dos conhecimentos prévios dos alunos e de materiais concretos, há um favorecimento relevante na aquisição e construção do conhecimento. Consequente, pode-se perceber no transcorrer das aulas, quando utilizado recursos, e quando a aulas são mais prazeres e significativas com a utilização de materiais pedagógicos norteados por objetivos.

Outro fator considerado na escola foi à relação de afetividade da professora e demais funcionários da mesma, com os alunos. Pois, esta relação conforme estudos é importante na aprendizagem.

Considerando O Estágio Na Educação Infantil.

O Estágio Supervisionado II, em educação infantil possibilitou á professora estagiária, fazer uma auto reflexão, a cerca de sua prática, tendo em vista que a mesma estagiou em sua própria turma. Neste, sentindo, este período compreendido em 15 dias, sendo cinco observações e cinco regências, foram de extrema significação percebendo a dimensão que é o mundo infantil. Percebendo á necessidade um olhar especial que exige carinho e atenção, respeitando as singularidades das crianças como seres culturalmente detentores de direitos.

Portanto, a escola estagiada “apresenta este olhar”, através de sua proposta pedagógica, considerando o planejamento a partir de plano de curso elaborado

através dos RCNEIs, contemplando todas as áreas do conhecimento, que vão além do cuidar, pensando a criança em suas especificidades.

A Escola estagiada, como em outras instituições apresenta problemas em seu quadro de funcionários, limitando o trabalho da professora que por vezes, exerce estas funções, como conduzir as crianças ao banheiro, algum incidente, entre outros. Porém na medida do possível, todos desempenham com afinco suas atividades na perspectiva de promover uma educação de qualidade, correspondendo à proposta do projeto político-pedagógico, que através da participação e do trabalho coletivo, possa desempenhar sua autonomia na construção da sociedade que pretende para seus futuros cidadãos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. Ed.ver.- São Paulo: Cortez,1994

PESTALOZZI, Johann Heinrich. **Os fundamentos psicológicos da educação**. In: Coletânea de textos didáticos 7: curso de pedagogia. 2012.p.185.

HOFFMANN, Jussara. **Delineando relatórios de avaliação**. IN: coletânea de texto didáticos 6: curso de pedagogia. 2012.p.179-180.

BRASIL. **Ministério da Educação e Desporto Parâmetros curriculares Nacionais de educação 3. Conhecimento de Mundo. 1999.**

VASCONCELOS; Celso dos santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad.2004 a.

VYGOTSKY; L. S. **A Formação social da mente**. 2ed. São Paulo: Martins 1994.

2.3 A ESCOLA E O ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com lei 9.394/96 (lei de Diretrizes e bases) da educação nacional, de 20/12/1996 (atualizada em 2004) no título III, do direito á educação e do dever de educar, Art.4ºNo dever do estado com a educação pública será efetivado mediante a garantia, início I, o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Com isso, leva a crer que todos aqueles que não puderam freqüentar o ensino fundamental na idade própria que antes eram com sete anos de idade, agora com seis, pode concluir seus estudos, que é aparado pela lei.

Na seção III, referente ao ensino fundamental ressalta em seu Art.32, O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante seu desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Daí no planejamento das aulas de matemática e língua portuguesa, bem como as outras, explorar estas capacidades nos alunos através de conteúdos contextualizados.

No início II dispõe que haja a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. Isto é, preparar o, alunos para a vida em seu contexto político, social, ético e cultural, através dos conteúdos ministrados na escola.

No início III, promover o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores. Deve propiciar aos alunos atividades que nos suscitem mesmas capacidades de aprendizagem. Isto é, a partir do contexto em que estão inseridos, promover condições que favoreçam a aquisição e construção do conhecimento, em sua vida.

No inciso IV, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se ausenta a vida social. A escola deve preparar o aluno para viver em sociedade respeitando seu próximo.

Neste início, há os parágrafos que asseguram às escolas o direito á:

No parágrafo 1º- É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos. A instituição estagiada segue círculo de alfabetização do 1º ao 3º ano, em que os alunos são avaliados sem a progressão de nota.

No Parágrafo 2º- Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo d a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. Neste quesito a escola está em conforme.

No Parágrafo 3º- O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada ás comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Na instituição estagiada não há indígenas, porém, alunos da zona rural, sendo respeitados em suas condições de sitiantes, considerando os horários que saem de suas residências para estudar.

No Parágrafo 4º- O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. Na escola, obedece aos horários regulares manhã e tarde, em se tratando de crianças faz-se necessário este regimento.

Art.33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:

I. Confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável ministrada por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas, ou.

II. Interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

Art.33. Ressalva que o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Parágrafo 1º- Os sistemas de ensino direção regulamentar os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

Parágrafo 2º- Os sistemas de ensino deverão ouvir entidades civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, conforme nova redação pela lei 10.475, de 22 de julho de 1997.

Durante o período estagiado, não foi percebido professor de ensino religioso nas entidades, deste modo o conteúdo é trabalhando de forma contextualizada no sentido de atender a todos, pela professora que o executa diariamente.

No Art.34. Dispõe que a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelos menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. Nesta escola, funciona às quatro horas em sala de aula, três departamentos e as demais para formações continuadas e planejamento de atividades e aulas.

Parágrafo 2º- O ensino fundamental sua ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. Na referida instituição campo de estágio não funciona em período integral. Porém, há instituições de ensino com a

mesma modalidade do 4º a 5º ano, que oferece este atendimento às crianças, onde podem aprender, complementando suas habilidades como música, capoeira, teatro, entre outras.

2.4 A Extensão Do Ensino Fundamental

De acordo com o exposto no texto de Santos e Viera (2011), o Brasil aprovou recentemente a Lei Federal nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que instituiu o ensino fundamental de Nove anos para todos os sistemas, alterando artigos da Lei de Diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). A matrícula neste nível de ensino passa a incluir a criança de 6 anos de idade e foi definido um período de transição de quatro anos, até 2010, quando todas as escolas públicas e privadas deverão se adequar à legislação.

Segundo as autoras, esta medida se concretiza uma das propostas educacionais do governo Lula, que desde 2003 estabeleceu a ampliação da obrigatoriedade escolar para a criança de 6 anos como uma das metas (Programa “Toda criança aprendendo”, 2003).

Nesta perspectiva, podemos ver que o ensino fundamental aumentou para nove anos, e todas as instituições de ensino já se adequaram a esta realidade. Desta forma os alunos terão mais tempo para permanecer escola. Segundo o texto, a discussão de propostas de ingresso de crianças de 6 anos no ensino obrigatório, antes mesmo da promulgação da LDBEM/1996.

Diante disto, a CNE se pronunciou no parecer CEB n.20/1998, sobre consulta feita pela INEP em relação à duração do ensino fundamental. O mesmo apresentava-se favorável desde que a qualidade do ensino fosse preservada e se mantivesse a identidade pedagógica. De modo, percebe que havia uma preocupação quanto ao ingresso das crianças, temendo um prejuízo na qualidade do ensino.

De acordo com a leitura do texto das autoras, a discussão sobre o assunto não é nova, desde a década de 1980 tem-se tentado o ingresso da criança de 6 anos no ensino fundamental, no entanto, foi consolidada no final dos anos de 1990, sob a forte presença dos municípios na oferta deste nível de ensino.

Experiência do estágio

O Estágio Supervisionado III- ensino fundamental (1º ao 5º ano) foi realizado anexo da Escola Municipal De Ensino Fundamental Governador Flávio Ribeiro, situado na Rua Aníbal da Cunha Macêdo, bairro Monte Santo, na cidade de Picuí - PB.

A entidade atende as turmas do 1º e 2º anos do ensino fundamental, no turno matutino, funcionando em prédio alugado, a partir deste ano (2004).

O anexo governador Flávio Ribeiro atende alunos da zona rural e urbana, sendo os da cidade residentes nos bairros circunvizinhos. Os alunos dos bairros mais distantes utilizam transporte escolar.

Observação da Turma

A sala campo de estágio é uma turma de 2º ano, com 18 alunos de variados comportamentos.

As estagiárias foram bem acolhidas pela professora que as apresentou dizendo o objetivo do estágio das mesmas durante as duas semanas seguidas, compreendidas entre a observação e a regência. Os mesmos mantiveram-se curiosos no primeiro momento, logo se acostumando, pois já sabiam da presença das mesmas.

No encontro do primeiro dia foi observado que a professora faz seu planejamento semanal. Neste período foi trabalhado de forma coletiva, pois a mesma acompanha o livro didático.

Durante a semana da docência, o planejamento foi feito com a professora, devido o trabalho com seqüência didática a partir de um livro, requisito da equipe coordenadora.

Quanto ao plano de aula, Vasconcelos (2000, p.48), afirma ser a proposta de trabalho do professor para uma determinada aula ou conjunto de aulas. É a orientação para fazê-lo cotidiano. É a partir do plano de aula que o professor evita a improvisação e a rotina.

Desta forma, em consonância com o autor o plano de aula é fundamental para que o professor cumpra com seus objetivos, ou partes deles, com segurança.

Quanto aos dias de observação da turma foi percebido que a professora segue a corrente tradicionalista, em que se utiliza o quando, o piloto e os alunos os livros

didáticos. Os materiais que podem subsidiar nas aulas ficam na outra escola, sendo necessário pedir com antecedência para sua utilização. Porém, sua utilização não se configurou. Tendo em vistas, que naquela semana seria trabalhado em matemática adição e subtração, que caberia o material dourado.

Na turma estagiada há alguns alunos que ainda não conseguem ler. Porém, a professora costuma nas atividades de sala agrupar quem sabe mais com quem sabe menos. Dá uma atenção visando contribuir para o avanço das crianças. Era comum elas perguntarem se suas atividades estavam certas ou tirar as dúvidas com as estagiárias, que estava a disposição para auxiliá-las. Paulo Freire diz:

Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. É trabalhar a genuinidade dessa força de ideologia fatalista dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação á realidade injusta necessária ao movimento dos dominadores.

Neste sentido, é necessário que o professor se disponha para ajudar seus alunos a saírem do estado de acomodação e verem-se como capazes de mudar sua realidade. Através da busca pela construção do conhecimento que começa na escola.

Nesta primeira semana foi percebida a forma de avaliação dos diários de duas turmas. Foi percebido que não é utilizada a promoção de notas. É feito uma análise a partir do desenvolvimento dos alunos. Quanto a avaliar HOFFMANN (2005, p.53).

Se valorizarmos os “erros” dos alunos, Considerando-os essenciais para vi-lo a se do processo educativo, temos que assumir também as possibilidades das dúvidas, dos questionamentos que possam ocorrer conosco a partir da análise das respostas deles favorecendo, então, a discussão sobre essas ideias novas ou diferentes.

Assim, ao avaliar os alunos o professor deve considerar todos os aspectos, para não correr o risco de cometer equívocas. Pois, a partir dos " erros" que se pode buscar recursos para saná-los. Através da discussão sobre os mesmos pode-se levar o aluno a encontrar as respostas. Pois, o conhecimento do aluno não está limitado a uma simples avaliação do conteúdo abordado.

Projetos da Escola

A escola segue atualmente o modelo de gestão democrática, apresentando entre outros, dois projetos importantes: Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar. Entendido como um dos principais instrumentos para a organização das atividades e do trabalho escola, o PPP é de extrema importância. Já o regimento escolar é o documento que, apoiado nas constituições Federal, Estadual e nos pareceres normativos do Conselho Estadual de Educação, sintetiza o Projeto Político Pedagógico e lhe confere o embasamento legal, devendo, pois, ser entendido como a “Constituição, a Lei” da escola.

Sendo assim, tanto o projeto Político-Pedagógico quanto o regimento escolar devem, obrigatoriamente ser construídos coletivamente por todos os segmentos da comunidade escolar, em especial do conselho escolar. Expressando de forma simples, clara, precisa e completa, o tipo de escola que a comunidade deseja.

Neste sentido, quanto à importância destes documentos para o funcionamento da escola Vasconcelos (2004, p.169), afirma:

É plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico- metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Da docência/intervenção

Conforme Garrido (2004) a Docência/intervenção é entendida como um espaço de conscientização da função e características de um professor de ensino fundamental, numa prática pautada na reflexão - ação - reflexão, sempre trazendo para o manejo de classe, o processo de conhecimento dos alunos/criança, configurando-se em momentos onde o planejamento, a execução e a avaliação, se fazem necessário por meio da articulação teoria-prática. Assim, as estagiárias podem por em prática, a partir do conhecimento da turma, os conhecimentos e metodologias apreendidos no curso, de forma que venha contribuir para o processo de aprendizagem e construção do conhecimento dos alunos.

Considerando a Experiência

O campo de estágio supervisionado III (ensino fundamental) favorece uma visão da prática educativa cotidiana em classes do 1º ao 5º do ensino fundamental, articulada aos saberes acadêmicos construídos no campo da pedagogia, bem como as possibilidades e os desafios que a realidade estudada apresenta. Nesse sentido, o estágio supervisionado III se constitui como uma prática essencial na formação do educador que atua nos anos iniciais do ensino fundamental. Desta forma, o estágio é importante, na medida em que o estagiário pode atuar pondo em prática o que meio visto. Relacionando teoria e prática, que muitas vezes não corresponde à realidade do campo estagiado. Sendo necessário buscar subsídios fora da escola, para efetuar as atividades de forma satisfatória conforme o planejado.

Durante o período de estágio, a estagiária pode deparar com diversas realidades, que lhes possibilitarão desenvolver estratégias para enfrentar os desafios e enriquecer suas práticas. Assim, o estágio supervisionado é de extrema relevância para a prática do estagiário, tendo em vista que pode conhecer o cotidiano da sala campo e que lhe permitirá valiosas recompensas que contribuirão para a construção do conhecimento e favorecerá o fortalecimento das idéias na formação de seres pensantes, com o poder de exercer seus direitos de cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica e Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: **formação do professoralfabetizador:caderno de apresentação** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional – Brasília: MEC, SEB, 2012.p.5

FREIRE, Madalena. **Observação, registro, reflexão**: instrumentos metodológicos I. São Paulo: Espaço Pedagógico. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: editora UNESP, 2000.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafios uma perspectiva construtivista**/ Jussara Hoffmann – Porto Alegre: mediação, 2005, 35 ed. Revista.104p.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão & VIEIRA, Livia Maria Fraga. **“Agora seu filho entra mais cedo na escola”. A criança de seis anos no ensino fundamental de nove anos em Minas Gerais.** IN. Coletânea de textos didáticos 2: Curso de Pedagogia 2011. Campina Grande. p. 337- 353.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: Projeto Político- Pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertard. 2004 a.

3 FUNDAMENTANDO A TEORIA

3.1 Gestão Democrática: um caminho para uma escola melhor

Em meados da década de 1990 com a instituição da Reforma Educacional no Brasil e demais países da América Latina, uma das mudanças foi o modelo de gestão adotado pelo Estado, com a descentralização da educação em suas vertentes administrativa, financeira e pedagógica sob argumento de proporcionar autonomia às escolas.

De acordo com os textos de Navarro et al (2004), a educação e a garantia de escolarização se constituem um direito social de todos, e que a educação é entendida como todas as manifestações humanas buscando adquirir a cultura produzida pelo homem e a escola é o espaço privilegiado de produção e socialização do saber e se constitui de ações educativas que visam à formação dos atores sociais concretos éticos, participativos, críticos e criativos. Neste contexto, a gestão democrática no seu processo de construção de identidade como ambiente formador do cidadão obedece às determinações implantadas pela nova LDB, Lei nº 9.394/96 que prevê no seu art.12, inciso I, em conformidade com os princípios constitucionais de 1988, que, respeitava as normas comuns as do seu sistema de ensino, terá a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.

No Brasil, de acordo com a autora, várias leis foram aprovadas visando garantir aos diversos atores sociais diretrizes e bases para educação nacional, onde interferem nos papéis de todos que constituem o cotidiano escolar. Dentre estas correntes de mudanças legais destaca-se nos anos de 1990, a aprovação das diretrizes Bases da Educação Nacional, por meio da Lei nº 9.394/96, que alterou o panorama da educação básica, que passou a compreender a educação infantil, o ensino fundamental e o médio.

A LDB também redirecionou as formas de organização e gestão, os padrões de financiamento, a estrutura curricular, requerendo entre outros aspectos, a implementação de processos de participação e gestão democrática nos estabelecimento de ensino público.

Deste modo, a lei estabelece o princípio de que a gestão das escolas se efetive por meio de processos coletivos em que a participação da comunidade local e escolar aconteça. Portanto, entende-se por gestão democrática como a garantia de

mecanismos e condições para que espaços de participação, partilhamento e descentralização do poder ocorram.

Desta forma, a gestão democrática deve ser norteadada por “Princípios do Projeto Político Pedagógico” que são:

- Igualdade - De condições para o acesso e permanência na escola, entre outros;
- Qualidade - Que atenda a todos de forma igualitária. Não seja privilégio das minorias econômicas e sociais;
- Gestão Democrática - Princípio consagrado pela Constituição vigente, e abrangem as dimensões pedagógica, administrativa e financeira;
- Liberdade - Outro princípio constitucional. Está associado sempre á idéia de autonomia;
- Valorização do Magistério - Um princípio central na discussão do projeto político pedagógico. Pois, a melhoria na qualidade do ensino certamente implica na qualificação da formação profissional e na valorização do trabalho pedagógico;

Nesse sentido busca-se compreender o papel desta proposta e de que forma atingem os sujeitos a quem se destina como se devem proceder mediante as exigências necessárias para que haja mudanças na esfera educacional, percebendo gestão democrática como participação coletiva da comunidade escolar frente dos “desafios e limitações de uma sociedade capitalista que por vezes camufla os interesses sociais”. (CONCEIÇÃO MARCOS VINÍCIUS et al 2006). Neste contexto, mediante as necessidades deste modelo de sociedade, e conhecendo as dificuldades, a escola deve buscar mecanismos e condições que favoreçam a realização dos objetivos pretendidos para que as transformações aconteçam. E conforme as diretrizes, seguir estes passos estabelecidos são o caminhos das possibilidades.

A LDB dispõe que:

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as sua peculiaridade e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
- , o PPP deve ser um instrumento que deverá nortear as ações da escola. Sua elaboração deverá ser planejada em cima das necessidades, com objetivos, e metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo, para que não se perca o controle
- II – Participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes;

O Projeto Político Pedagógico, segundo dicionário de Ferreira 1975 (apud Veiga 2000), no seu sentido etimológico, o termo projeto vem do *latim projectu*, participípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar adiante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória da lei. Plano geral de edificação.

Neste sentido, o PPP deve ser um instrumento que deverá nortear as ações da escola. Sua elaboração deverá ser planejada em cima das necessidades, com objetivos, e metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo, para que não se perca o controle e o rumo das ações. Sua elaboração se constitui um importante passo, tendo em vista que a escola começa a caminhar com os próprios pés.

Neste processo de construção, vale salientar que o envolvimento de todos que fazem a comunidade escolar como pais, alunos, professores, funcionários e a comunidade escolar é indispensável para se alcance os resultados. Isto é, a participação de todos os segmentos é fundamental para que se configure processo de democracia, em que os atores sociais possam contribuir dando suas opiniões a cerca da escola desejada para seus filhos, que caminhos seguir, e qual sociedade pretendem construir. Desta maneira, os sujeitos exercerão seus direitos de cidadãos tomando parte no ato democrático.

Quanto à construção deste projeto, Silva (1997, p.78) afirma que o “O projeto é a ação consciente porque é planejado com vistas do futuro, é sempre um misto de realidade e supra realidade, um além da realidade que pretenda transformar”. O PPP deve se constituir um instrumento de autonomia em que todos devem partilhar das idéias e responsabilidades. Porém, ele não pode funcionar como instrumento de regulação da prática docente, porque acaba perdendo seu sentido democrático. O PPP também reflete o gestor, assim, o que deve haver é um certo controle, no sentido de cada um assumir com compromisso suas responsabilidades.

O projeto político pedagógico, segundo Veiga (2000), vai além de um simples agrupamento de plano de ensino e de atividades diversas. O projeto não deve ser elaborado arquivado e enviado às autoridades educacionais como meras funções burocráticas. Ele deve ser construído e vivenciado por todos no cotidiano escolar. Desta forma, leva a crer que todos os envolvidos no processo educativo

necessariamente deverão partilhar de tudo que acontece ou vai acontecer na comunidade escolar.

Assim, o projeto político pedagógico visa dá um rumo, em que todos participam das tomadas de decisões. Ainda segundo a autora, tem um caráter político por está intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Tendo em mente que há uma preocupação com a formação dos sujeitos para determinada sociedade.

A elaboração do PPP com real compromisso, preconizando uma sociedade que atenda os anseios do povo, se configura um ato de democracia, conforme os princípios estabelecidos na LDB. E com isto, o caminho para possíveis conquistas.

Participação da comunidade

A sociedade está enfrentando vários problemas, e escola não pode ficar imobilizada sem ação. Por isso, trabalhando juntamente com comunidade escolar na busca por soluções, tendo em vista seu real papel de propor uma gestão democrática, baseada no seu planejamento, a partir da elaboração do PPP, com autonomia nas tomadas de decisões juntamente com a comunidade escolar. Sobre participação Libâneo ressalta que “todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola conhecer com profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela, e, assim acompanhar a educação oferecida”.

Assim, conclui-se que o engajamento e participação são indispensáveis nas discussões e ações, na busca da construção escola que atenda os anseios da comunidade. Portanto, só será possível conseguir obter êxito nas metas se houver envolvimento, participação e colaboração. Porque, de nada adianta só participar das discussões e não tomar parte das ações desenvolvidas.

Os conselhos escolares

O Conselho Escolar, órgão de representação da comunidade educativa, trata-se de uma instância colegiada, que deve contar com a participação de representantes dos diferentes segmentos das comunidades escolar e local, podendo constituir um

espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. (Inez Navarro Pinto et al (2004).

Segundo o texto, a configuração do Conselho Escolar varia conforme municípios, estados e instituições educativas, e o número de representantes dependem em sua maioria, do tamanho da instituição e o número de estudantes das mesmas.

Segundo a autora as atribuições do Conselho Escolar dependem das diretrizes do sistema de ensino e das comunidades local e escolar. Ele de fundamental importância na elaboração e resolução das ações da escola. Tendo em vista, o Regimento que é a base legal para o funcionamento da escola, deve ser construído coletivamente. Através da criação de mecanismos de participação, o Conselho Escolar se fortalece, pois, possibilita os espaços de discussões a cerca de assuntos pertinentes aos envolvidos no processo educativo. Os Conselhos Escolares são um relevante representante da comunidade escolar, haja vista que haverá momentos em que todos os sujeitos não se farão presentes. No entanto, os conselheiros são os responsáveis pelas informações das reuniões acontecidas na escola, e terão a incumbência de transmitir as notícias sobre as tomadas de decisões à comunidade Escolar. Portanto, os Conselhos Escolares e outras instâncias de participação constituem-se importantes passos para democratização instituição, pois, oportuniza a discussão nos processos decisórios, criando uma cultura de trabalho coletivo e partilhamento de poder.

A democratização e descentralização da escola

A luta pela democratização e descentralização da escola pública perdura a longos anos como bandeira dos movimentos na tentativa de sanar os problemas referentes ao fracasso escolar e outros problemas existentes nas instituições.

O projeto político-pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação e, portanto, a gestão democrática se constitui um passo importante. Neste contexto, os Conselhos Escolares como já foi mencionado, se configura como um eficaz mecanismo de participação, pois envolve toda comunidade escolar nos processos decisórios. Porém, Inez Pinto Navarro et.al (2004), afirma que “envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e

participativa”. Mediante a cultura liberal em que a escola se assenta, onde a fragmentação na tomada de decisões e soluções o individualismo se caracteriza, bem como a presente estrutura centralizadora das políticas.

No entanto, utilizando-se da prerrogativa legal instituída pela LDB/96, deve-se fazer uso da coletividade escolar para construir sua autonomia de forma que venha amenizar as críticas do sistema educacional vigente e atuar efetivamente atendendo os anseios da comunidade buscando construir uma escola que atenda ao coletivo educacional, este novo modelo de gestão tende a ser um caminho de possíveis soluções.

Acreditando que, através da democratização da escola, com autonomia na tomada das decisões e no trabalho coletivo toda a comunidade escolar sai ganhando. Pois, onde há espaço para discussão de problemas e que atitudes tomar, envolvendo os interessados nas mudanças, dividindo responsabilidades, as possibilidades de se obter êxito são significativas.

Nestas linhas de mudanças, a descentralização da escola no papel do gestor, ocupa um lugar especial. Percebendo que, neste novo modelo de gestão, ele tem que ser atuante, presente e aberto ao diálogo com todos os segmentos da sociedade, tendo em vista os objetivos a serem alcançados.

O gestor deve está ciente que a escola é patrimônio público e que as conquistas só serão alcançadas por meio do trabalho coletivo, com o envolvimento de toda a comunidade escolar. Não há democratização da gestão com centralismo de poder.

Segundo Bordignon (apud MENDONÇA, 2000, p. 92), a luta pela democratização dos processos de gestão da educação no Brasil está relacionada aos movimentos mais amplos de redemocratização do País e aos movimentos sociais reivindicatórios de participação. Na sua especificidade, porém, esta luta está também e particularmente vinculada a uma crítica ao excessivo centralismo administrativo, à rigidez hierárquica de papéis nos sistemas de ensino, ao superdimensionamento de estruturas centrais e intermediárias, com o conseqüente enfraquecimento da autonomia da escola como unidade da ponta do sistema.

Em algumas instituições ensino, os gestores permanecem exercendo com autoridade sua função, argumentando que devido às excessivas responsabilidades, deve haver um controle para dá conta do que é movimentado dentro da escola, como

forma de zelo pelo patrimônio público no momento de apresentar os resultados do trabalho.

Em algumas instituições de ensino, realizar tais mudanças não é tarefa fácil, tendo vista as estruturas hierarquizadas, em que alguns gestores ainda agem como se patrimônio público fosse particular, assumindo posturas rígidas, em que o exercício da discussão e participação da comunidade nas tomadas de decisões nos assuntos referentes à escola, é mera encenação. Isto é, pode até se discutir, mas a prática não acontece.

Porém a escola no geral não deve se restringir ou se espelhar nestes modelos resistentes às mudanças, mas sim envolver-se nos processos de transformação, visando à escola desejada e a sociedade que se almeja, participando ativamente das ações democráticas.

Desta forma, o gestor deverá se desdobrar para cumprir as inúmeras atividades que lhe são atribuídas, no sentido de oferecer um trabalho do agrado de toda a comunidade escolar. E consciente de que a escola não pode caminhar sozinha, terá de abrir-se com todos os envolvidos no processo educativo, buscando através do trabalho coletivo e partilhamento de poder, sanar ou minimizar os problemas que permeiam sociedade em a escola está inserida.

4 METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa quanto aos objetivos pode ser classificada como de natureza exploratória e descritiva. É exploratória porque objetiva estudar, conhecer, apontar e apresentar a gestão democrática na escola pública, como um caminho para uma escola melhor. É descritiva porque o resultado da pesquisa sua apresentado de forma minuciosa, mostrando as possibilidades de uso de recursos relativos ao tema estudado.

Quando a pergunta e aos procedimentos, a pesquisa é de caráter bibliográfico e estudo de caso.

Em relação à abordagem é de cunho qualitativo, neste sentido, os procedimentos utilizados para a coleta de dados serão o estudo de textos e livros relacionados á temática gestão democrática na escola pública. Neste sentido, buscando elementos que possibilitem o mesmo, conforme as expectativas criadas.

O estudo bibliográfico é importante, pois viabiliza o pesquisador obter conhecimento sobre o assunto e definir seu posicionamento a cerca do assunto em questão, à gestão democrática na escola pública.

A gestão democrática tem por meio incentivar e promover o envolvimento através da participação e do trabalho coletivo todos que compõem a comunidade escolar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos teóricos estudados podemos argumentar que o modo de efetuar uma prática de gestão democrática poderia se constituir numa condição de soerguer a escola pública necessária, para os dias atuais. Após seleção dos teóricos estudados foi possível perceber que os caminhos a serem percorridos, partem dos órgãos colegiados como, por exemplo, os conselhos escolares, a participação e a descentralização do poder.

De acordo com os estudos feitos foi possível perceber que através da elaboração de um projeto pedagógico envolvendo toda a comunidade escolar, discutindo os problemas e meios viáveis para buscar saná-los é um dos caminhos.

Para tantos, é de fundamental que haja a participação de alunos, pais, professores e demais funcionários da instituição escolar. Libâneo (2003) destaca que todos os segmentos da comunidade escolar devem se fazer parte deste processo para compreender melhor o funcionamento da escola, e, através de um envolvimento de fato possam conhecer os trabalhos realizados na mesma.

Neste sentido a gestão democrática se faz na medida em que houver a integração de toda a comunidade escolar, no sentido de desejar mudanças. É para que se conquiste uma escola melhor que atenda às necessidades da comunidade escolar, é preciso planejamento das ações a tempos predeterminadas mediante os problemas encontrados. Silva (1997) diz que planejar é uma ação consciente tendo em vista o que se busca alcançar. Então concluir-se que para que o processo de mudança ocorra é necessário organização e engajamento das envolvidos na comunidade escolar.

Outro ponto significativo é a descentralização do poder na escola. O gestor ocupa um papel importante neste modelo de gestão adotado pelo estado, na medida em que suas atribuições aumentaram. Deste modo, o gestor deve estar ciente que diante da demanda de suas responsabilidades fica muito difícil ele trabalhar sozinho. Por isso o compartilhamento do poder é uma alternativa eficaz para se conseguir amenizar os problemas enfrentados pela sociedade em que se insere a escola. Articulando participação, planejamento e descentralização de poder, a comunidade escolar tem todas as possibilidades de atingir os objetivos que visem uma escola melhor.

Diante destes pressupostos, entendemos que problemas existem e continuarão existindo. Cabe aos preocupados com uma escolar melhor se envolver diretamente no processo democrático, utilizando-se dos mecanismos disponíveis e exercer seus direitos de cidadãos. Então, a relevância desta discussão se faz, na medida em que todos tomem consciência de que a escola tem uma função social que é de formar cidadãos críticos, e que deve perpassar os muros.

Por isso, que todos os segmentos sociais estão convocados a tomar parte deste processo de mudança, visando uma sociedade mais justa e igualitária, que atenda aos anseios do povo.

Nesta perspectiva, a gestão democrática se configura, mediante as ações de autonomia dos envolvidos exercendo seus direitos e deveres, na construção da cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho ficou evidenciado que a gestão democrática é um modelo de gerenciamento administrativo que apresenta contribuições de extrema relevância para a sociedade. Com este modelo de gestão, percebemos que através do trabalho coletivo promovido pelo gestor em consonância com todos os segmentos sociais que formam a escola, todos os que fazem parte do processo educativo são beneficiados com as ações desenvolvidas. Desta forma, a participação é um método dinâmico que envolve toda a comunidade escolar nas discussões e nas tomadas de decisões na busca por soluções para os problemas que assolam a sociedade em que está inserida.

Apontamos que a elaboração do Projeto político Pedagógico se constitui o primeiro passo no surgimento das mudanças, por este, ser um mecanismo de envolvimento da comunidade escolar na organização e planejamento visando os resultados mediante tempo previsto conforme as necessidades.

Abordamos os Conselhos Escolares como um dos órgãos colegiados mais importantes da comunidade escolar. Através da eleição de um representante de cada categoria, todos tomam parte das ações realizadas na instituição.

A descentralização do poder é outro fator preponderante nas conquistas, pois, o gestor ciente de que a escola não caminha sozinha, compartilha suas responsabilidades com a comunidade escolar, viabilizando a realização das atividades a serem desenvolvidas.

Enfim, a gestão democrática é uma forma de administração participativa que apresenta resultados imprescindíveis na construção de uma escola melhor, na busca pela formação de sujeitos críticos, pensantes e partícipes no processo de mudança por uma sociedade mais humana e fraterna.

REFERÊNCIAS

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.90394/96 de 20 dez.1996.

_____. Características do Referencial Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998 vol. 3.

_____. Deliberação Conselho Nacional de Educação, nº 003/1999.

BORDIGNON, Genuíno. Conselhos Escolares: **Uma estratégia de gestão democrática da escola pública**: Brasília: MEC/ SEB, 2004.p. 59. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

CONCEIÇÃO, Marcos Vinícius; ZIENTARSKI, Clarice e PEREIRA, Sueli Menezes. **Gestão democrática na escola pública: possibilidades e limites**. *UNI revista*, Vol. 1, nº 09. Abril, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. **Educação Escolar: Políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

NAVARRO, Inez Pinto et al. Conselho Escolar, **gestão democrática da educação e escolha do diretor**: Brasília: MEC/ SEB, 2004. 60. p. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 5).

SILVA, Rinalva Cassiano da. **Projetos Pedagógico: A escola em questão**. IN: revista de administração educacional. Recife, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Perspectiva para reflexão em torno do projeto político-pedagógico.** IN: Curso de pedagogia coletânea de textos didáticas 5. Campina Grande: UEPB, 2011. P. 195-217.

_____. (org) **“ O projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** 11^º ed. Campinas, Papirus, 2000.